

EDITAL DE HASTA PÚBLICA - LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

A Dra. Fabíola Giovanna Barrea Moretti, Egrégio Juízo da 5ª Vara Cível do Foro de Piracicaba/SP, nos autos do processo 1012148-41.2017.8.26.0451, movido por BANCO DO BRASIL S.A., em face de CASSIO PASCHOAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA e OUTRO(S), comunica a todos que possam se interessar, que será realizado leilão público através da Gestora de Alienação Eletrônica, LUTHERO LEILÕES, hospedado no endereço eletrônico www.lutheroleiloes.com.br, sob condução do Leiloeiro Público Oficial, Sr. Cezar Augusto Badolato Silva - JUCESP nº 602, nos termos deste Edital de Leilão.

DOS LEILÕES: Os lances serão captados por meio eletrônico, através do sítio eletrônico: www.lutheroleiloes.com.br, o 1º Leilão terá início no dia 17/11/2025 às 10h00, e terá encerramento no dia 21/11/2025 às 10h00; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao 2º Leilão, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em 15/12/2025 às 14h20; (horário de Brasília), sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de 50% do valor da avaliação atualizada até apresentação deste edital.

DO PAGAMENTO:

- a) <u>Da Comissão do Leiloeiro</u>: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem, que não está incluso no valor do lance, <u>através de transferência bancária eletrônica a ser informada pela Gestora</u>, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, como prevê o artigo 892 do CPC.
- b) À vista: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de depósito judicial vinculado ao processo, fornecido pelo Leiloeiro.
- c) Parcelado: Os interessados deverão ofertar, diretamente na plataforma www.lutheroleiloes.com.br, pagamento inicial de pelo menos 25% do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, cuja parcela não pode ser inferior à R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme previsto no § único do artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ. Importante: Nesta modalidade, o próprio bem servirá como garantia hipotecária. O pagamento da entrada deve ser efetuado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de depósito judicial vinculado ao processo fornecido pelo Leiloeiro. Caso haja lance à vista, o sistema não aceitará lance posterior na modalidade parcelada.
- d) **Pelo Crédito**: Se o exequente arrematar o bem, não será obrigado a exibir o preço. Porém, se o valor do bem exceder ao seu crédito, deve depositar a diferença, em até 3 dias, sob pena de tornar sem efeito a arrematação.

COMO PARTICIPAR: O interessado deverá se cadastrar previamente no website <u>www.lutheroleiloes.com.br</u>, enviar a documentação obrigatória <u>e se habilitar diretamente no</u> lote para participar deste leilão.





CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do § 1º do artigo 843 do CPC, é reservado ao coproprietário ou ao cônjuge não executado, o exercício do direito de preferência na arrematação do bem em igualdade de condições, vide fls. 2919.

DA INADIMPLÊNCIA: Na ocasião de não pagamento do lance ofertado e/ou da comissão do leiloeiro, o licitante ficará obrigado ao pagamento da comissão devida no importe de 2,5% sobre o valor ofertado em favor do leiloeiro, além de multa e bloqueio de cadastro.

DA EXTINÇÃO DA AÇÃO E COMISSÃO: Nos termos do §3º do artigo 7º da Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, caso o executado, após a publicação deste edital, efetue o pagamento da dívida ou celebre acordo visando à extinção do processo, deverá, como condição para homologação, arcar com: (i) 2,5% sobre o valor da 2ª praça, além das despesas, caso o pagamento ou acordo ocorra antes da realização da hasta pública; (ii) Comissão integral fixada em juízo, além das despesas, caso o pagamento ocorra após hasta pública positiva. O não pagamento das referidas verbas poderá impedir a extinção ou homologação do acordo.

DÉBITOS: O objeto desta alienação estará livre de quaisquer ônus e não haverá sucessão para o arrematante nas obrigações do devedor, conforme prevê o §1º do art. 908 do CPC, inclusive as de natureza *propter rem*, ficam sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do Tema 1134 do STJ, do § único do 130 do Código Tributário Nacional. <u>O arrematante somente responderá pelos débitos do imóvel no dia subsequente da competente expedição da Carta de Arrematação.</u>

PENHORAS; HIPOTECA E DEMAIS ÔNUS: No caso de arrematação ou alienação, o MM. Juízo Comitente cancelará as constrições deste e demais oriundas de outros processos através da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), arcando o interessado com os emolumentos devidos, conforme prevê o artigo 320-G do Provimento 188/2024 do CNJ. Alternativamente, fica este <u>Edital, Auto e Carta de Arrematação **servindo como OFÍCIO** para apresentação junto aos respectivos órgãos competentes para que o Arrematante providencie as respectivas baixas das restrições existentes junto aos respectivos órgãos competentes.</u>

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado pelo Arrematante, pelo Leiloeiro e assinado por decisão homologatória pelo E. Juízo, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os feitos assegurando o direito de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903, CPC).

CARTA DE ARREMATAÇÃO: A carta de arrematação poderá ser expedida via tabelionato de notas, após a decisão de decurso de prazo, conforme provimento nº 31/2013 da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo.

IMISSÃO NA POSSE: Após o pedido e o pagamento das custas processuais pelo Arrematante, será expedido o Mandado de Imissão na Posse pelo MM. Juízo Comitente, ficando o Arrematante responsável dos bens listados pelo Sr. Oficial de Justiça que porventura existirem no imóvel.





Advertência: Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desocupação e quaisquer outros custos provenientes de sua aquisição, tais como registro da Carta de Arrematação, taxas, emolumentos, averbações, imposto de transmissão ITBI etc.

BEM: <u>PRÉDIO INACABADO</u>, denominado Edifício Evidence Offices possuindo 1.530,00m² de área terreno, anteriormente descrito como: Um terreno com frente para a Avenida Cassio Paschoal Padovani, situado na antiga Chácara Santo Antônio, no Bairro Piracicamirim, em Piracicaba, que assim se descreve: mede dezoito metros de frente, com igual medida nos fundos, por oitenta e cinco metros de ambos os lados da frente aos fundos - 18,00 x 85,00 m - com a área de 1.530,00 m², confrontando do lado direito de quem da Avenida olha para o imóvel, com o terreno de Maria Mercez Nardo do lado esquerdo, com propriedade de Fábio Carbone Nardo, e nos fundos com propriedade de Fábio Carbone Nardo, localizado a 88,593 metros da Rua Nicola Nardo, cadastrado na Prefeitura Municipal de Piracicaba, no Setor 15 - quadra 0030 lote 0929 - CPD 014351.2. **Matrícula nº** 68.719 do 2º CRI de Piracicaba/SP. **Contribuinte nº** 1480294. **Endereço**: Av. Dr. Cássio Pascoal Padovani, 380 - Morumbi, Piracicaba - SP, 13420-360.

OBSERVAÇÃO: O imóvel é um prédio comercial, composto por três subsolos, um pavimento térreo e mais sete pavimentos, compostos por salas comerciais.

AVALIAÇÃO: R\$ 9.684.317,05 (nove milhões seiscentos e oitenta e quatro mil trezentos e dezessete reais e cinco centavos), atualizada até a apresentação deste edital pelo índice do TJSP.

Débito da Ação: R\$ 6.612.260,26 (seis milhões seiscentos e doze mil duzentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), referência em dez/19.

Débito de IPTU: **R\$ 78.064,53** (setenta e dois mil novecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos), referência em março//25.

Débito de Condomínio: Não há. Débito de Fiduciário: Não há.

Ônus/Gravames: Constam as seguintes averbações na matrícula: R.14 até a R.84 - Hipoteca: Unidades comerciais foram hipotecadas em favor do Banco do Brasil S/A. Av. 89 – Ajuizamento de Ação; Av. 90 – Indisponibilidade; Av. 91 – Penhora Exequenda; Av. 92 – Penhora; Av. 101 – Indisponibilidade; Av. 102 – Indisponibilidade; Av. 104 – Indisponibilidade; Av. 105 – Indisponibilidade e Av. 106 – Indisponibilidade.

Advertência: CABE AO INTERESSADO pesquisar a existência e/ou valores atualizados até a data do leilão de eventuais débitos sobre o referido bem leiloado diretamente no Condomínio e/ou Órgãos Competentes e/ou Entidades e/ou Instituições Financeiras.

Poderá haver informações complementares diretamente na plataforma do leiloeiro.

INTIMAÇÕES: Com fundamento nos parágrafos únicos dos artigos 274 e 889 do Código de Processo Civil, considera-se que os Executados e terceiros interessados estão devidamente cientificados por meio deste Edital, não podendo alegar desconhecimento, em razão da ampla publicidade prevista na legislação vigente.

Dra. Fabíola Giovanna Barrea MorettiEgrégio Juízo de Direito

